

Trajetórias, famílias e capitais: os agentes homenageados na nomenclatura de escolas estaduais em Curitiba (1985-2009)¹

Trajectories, families, and capitals: the agents honored in the nomenclature of State Schools in Curitiba (1985-2009)

Luciana Podlasek*

Mônica Helena Harrich Silva Goulart**

Ricardo Costa de Oliveira***

Palavras-chave:

*Escola;
Curitiba;
Genealogia;
Classe dominante.*

Resumo: No presente artigo é analisada a nomenclatura de algumas instituições escolares em Curitiba, com o propósito de verificar a presença de elementos elitistas no estabelecimento das designações destes espaços públicos. O recorte temporal abarca o período entre 1985 e 2009, e o recorte espacial engloba localidades onde as instituições escolares atendiam um público discente igual ou maior do que mil alunos no ano de 2018. Utilizando os métodos prosopográfico e genealógico, e o referencial teórico de Pierre Bourdieu, foi confirmado que as origens dos homenageados que designam estes bens públicos estão ligadas às conexões familiares das classes dominantes locais, o que denota uma estratégia sutil de perpetuação de poderes e mecanismos de dominação presentes dentro destes espaços escolares.

¹ Recebido em 04 de fevereiro de 2025. Aceito em 06 de maio de 2026.

* Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e editora da Revista do Núcleo de Estudos Paranaenses (NEP/UFPR). E-mail: lucianabenario@gmail.com.

** Pós-doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). É docente do Departamento Acadêmico de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: mharrich@uol.com.br.

*** Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor Titular do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná (UFPR), atua como docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da mesma instituição. E-mail: rco2000@uol.com.br.

Keywords:

School;
Curitiba;
Genealogy;
Dominant class.

Abstract: *This article analyzes the nomenclature of some school institutions in Curitiba, with the purpose of verifying the presence of elitist elements in the establishment of the designations of these public spaces. The temporal cut covers the period between 1985 and 2009, and the spatial cut encompasses locations where school institutions served a student population equal to or greater than a thousand students in 2018. Using prosopographic and genealogical methods, and Pierre's theoretical framework Bourdieu, it was confirmed that the origins of the honorees who designate these public goods are linked to the family connections of the local dominant classes, which denotes a subtle strategy of perpetuation of powers and mechanisms of domination present within these school spaces.*

Introdução

A escola, instituição da Modernidade, é um espaço complexo, que apresenta muitas peculiaridades e contradições. Falar de escola não é tarefa simples, porque é falar de indivíduo e sociedade, em uma dinâmica de reprodução e questionamento da ordem vigente.

Nesse sentido, um aspecto específico dentro de toda complexidade que compõe o universo escolar acabou por definir o campo de interesse e o problema investigado na presente análise: quem são, quais as origens, e quais as trajetórias de vida de determinados agentes escolhidos para nomear escolas públicas em Curitiba?

A busca por respostas a estes questionamentos suscita reflexões que se aproximam de diversos temas abordados na área da Sociologia, da História e da Educação. Dentro desse amplo campo de estudos, o foco analisado no presente artigo é ancorado nas abordagens da genealogia e da prosopografia, com o objetivo de verificar se a escolha dos homenageados apresenta indícios de favorecimento de interesses elitistas.

A partir da análise das conexões familiares e da utilização do conceito de classe dominante tradicional, é possível identificar e classificar os membros dessas camadas sociais, ou elites, e os processos pelos quais eles alcançaram o poder historicamente no país. Nessa perspectiva, análises mais recentes sobre a importância do estudo das famílias, como as desenvolvidas pelos pesquisadores do Núcleo de Estudos Paranaenses (NEP), servem de referência. Além disso, nessa abordagem, o referencial do sociólogo Pierre Bourdieu (1996) é

fundamental, principalmente os conceitos de capitais, campo, *habitus* e dominação ou violência simbólica.

Na construção desse trabalho de pesquisa, a definição dos recortes temporal e espacial foi uma das primeiras etapas metodológicas, pois, em 2018 (época do início das pesquisas documentais)², existiam na cidade de Curitiba 161 escolas públicas estaduais regulares, número elevado de nomes e trajetórias a serem estudados.

Reduzida para o número de dezessete escolas da capital paranaense, a amostragem definida englobou instituições inauguradas ou renomeadas a partir do ano de 1985, com um corpo discente igual ou maior do que 1.000 alunos no ano de 2018. O ano de 1985 foi escolhido como baliza, a partir do contexto de redemocratização que o país vivia, após os 21 anos da Ditadura Civil-Militar instalada pelo Golpe de 1964. Portanto, o período de 1985 até 2009 (data de inauguração da última escola estadual na capital paranaense) estabeleceu o recorte temporal deste estudo, complementado pelo recorte espacial, que enfoca as instituições com concentração de maior número de alunos matriculados em 2018.

Na fase de levantamento de informações sobre a trajetória individual dos homenageados, a pesquisa se baseou principalmente em fontes de imprensa, obtidas em grande parte no acervo da Hemeroteca Digital Brasileira (BN DIGITAL BRASIL, 2026). Outras informações disponíveis em meios digitais também foram amplamente utilizadas, especialmente aquelas presentes nas páginas e perfis institucionais dos colégios estaduais que recebem os nomes dos dezessete agentes estudados.

Se o retorno das pesquisas foi satisfatório durante a consulta aos acervos mencionados anteriormente, o mesmo não aconteceu com outros órgãos oficiais, especialmente a Secretaria de Educação do Estado do Paraná (SEED-PR), que manifestou pouco interesse em colaborar com a pesquisa, afirmando não administrar nenhum tipo de acervo documental dessa natureza. Mesmo assim, os dados disponíveis permitiram a elaboração das biografias individuais com informações suficientes para subsidiar a análise prosopográfica.

É preciso ressaltar, contudo, que o objetivo das análises e reflexões deste artigo não está centrado nas discussões a respeito das práticas pedagógicas, da definição de currículos, ou mesmo da formação de uma memória da cultura escolar. O objetivo é observar quem foram os escolhidos para nomear algumas escolas públicas da capital paranaense, e em que medida esses agentes pertenciam à classe dominante tradicional ou eram oriundos de grupos agregados a ela. Por isso, observar as heranças e conexões familiares destes

² As pesquisas aqui apresentadas resultam de um estudo mais amplo, desenvolvido em dissertação de mestrado, defendida em 2020.

agentes é essencial, pois muitas vezes estas ligações se tornam menos perceptíveis, devido aos extensos ramos e denominações que tais estirpes possuem.

O referencial teórico que fundamentou as interpretações dos dados empíricos compõe a parte inicial deste artigo. Posteriormente é apresentado um resumo da análise prosopográfica, assinalando os processos de acumulação e possível reconversão de capitais presentes na trajetória de vida dos agentes estudados.

Considerações teóricas: genealogia e prosopografia no campo educacional

Partindo da hipótese de que o estabelecimento da nomenclatura de algumas escolas públicas estaduais de Curitiba foi orientado por interesses elitistas, e à luz das interpretações dos estudos genealógicos e prosopográficos, procurou-se investigar a presença de mecanismos de dominação pouco perceptíveis no cotidiano social.

Nas sociedades modernas³, organizadas a partir da lógica capitalista, burguesa e urbana, e marcadas por profundas desigualdades sociais, a instituição escolar tem grande importância, reproduzindo, em grande medida, os mecanismos de disciplinarização e exclusão impostos pelas camadas dominantes que a compõem⁴.

Nessa perspectiva, os estudos de Pierre Bourdieu (1996) fornecem contribuições bastante pertinentes. Quando lança seu olhar sobre a instituição escolar e sobre a maneira com que ela é organizada na maioria dos países a partir da Modernidade, o sociólogo francês deixa clara sua interpretação a respeito dessa instituição que, além de não reduzir as desigualdades sociais, ainda contribui decisivamente para reproduzir a ordem dominante estabelecida.

Dessa forma, para que a lógica de reprodução da dominação de classes seja legitimada na instituição escolar, ela não pode se manifestar como uma

³ O conceito de Modernidade é também objeto de intensos debates nas Ciências Humanas. Para efeitos de balizamento, é assumida a noção clássica que a Modernidade abarca o período que vai do advento do Iluminismo e Liberalismo no Ocidente, até a crise dos paradigmas da razão após a segunda metade do século XX. Quando é afirmado que a escola é uma instituição da Modernidade, portanto, são esses os referenciais que, apesar da crise vivida nas últimas décadas, ainda são preponderantes.

⁴ É preciso lembrar que o modelo de educação que hoje é aplicado na maioria dos países segue os padrões adotados pelos chamados "países desenvolvidos", que compreende em parte o modelo europeu e em parte o modelo estadunidense. Mesmo entre as nações que ainda não alcançaram níveis adequados de distribuição de renda e cidadania para seus habitantes (caso do Brasil), as políticas educacionais, ao menos no nível formal, endereçam para padrões de educação pautados na lógica das democracias burguesas modernas.

prática abertamente excludente. Ao contrário, precisa se tornar opaca, agindo por meio de uma série de mecanismos que vão desde a escolha dos conteúdos curriculares, passando pela definição do modelo de ensino, até o estabelecimento de padrões morais, comportamentais e estéticos desses espaços, e também dos sujeitos que os frequentam (Souza, 2015). Tais padrões pertencem à realidade das classes dominantes e não se referem somente ao aprendizado em sala de aula, mas sim a todo o universo que compõe o espaço escolar. Portanto, o espaço físico da escola, e o nome que esse lugar recebe também se constituem em instrumentos de coação e dominação.

Os alunos, que são oriundos de realidades sociais desiguais, quando adentram o espaço da escola, pretensamente deveriam ingressar em um lugar com valores igualitários e democráticos. Contudo, o que de fato acontece é que eles já são inseridos nesse espaço com uma série de conhecimentos que previamente os identifica ou não com o que é definido como correto, produtivo e edificante naquele meio.

A partir dessa inserção desigual dos sujeitos no espaço escolar, é possível compreender que, dentro desse universo, assim como nos demais espaços sociais, os indivíduos utilizam os capitais que possuem como recursos que lhes permitem se situar, ser reconhecidos e afirmar sua posição⁵. Nesse sentido, o conceito de capitais (BOURDIEU, 1998) possibilita a análise das desigualdades ali produzidas e reproduzidas, uma vez que os agentes que compõem esse espaço são oriundos de classes diversas, com acúmulos de capitais também diferenciados.

O que ocorre na escola, portanto, é uma normatização dentro de padrões restritos de valores, que requer o acúmulo de capitais singulares, possuídos apenas por uma camada específica daqueles indivíduos, enquanto boa parte do público que integra o universo escolar pode permanecer marginalizada por não ser detentora de tais recursos (Bourdieu, 1998, p. 53).

Nesse contexto, o estabelecimento de nomenclaturas que reforçam a presença de agentes das classes dominantes como elementos simbólicos no cotidiano dos estudantes, pode se configurar em mais um dos mecanismos que compõem todo o sistema de dominação.

⁵ Pierre Bourdieu apresenta primeiramente o conceito de capital econômico (fatores de produção: terras, fábricas, trabalho/ bens econômicos: renda, patrimônio, bens materiais). Entretanto, observando as formas de acumulação e transmissão do capital econômico, o autor faz deste um conceito heurístico, ressaltando também a existência do capital cultural, que engloba três estados: incorporado, objetivo e institucionalizado; o capital social, que envolve os recursos de sociabilidades vantajosas dos agentes; e capital simbólico, que corresponde ao conjunto de rituais ligados à honra e ao reconhecimento. (Bonnewitz, 2003).

As sucessivas homenagens direcionadas a componentes das classes dominantes ou de seus agregados nesse processo, denota não somente os interesses presentes dentro dessa dinâmica, mas também um razoável arsenal de capitais acumulados por certos agentes, o que legitima o estabelecimento das honrarias. Dentro de uma análise articulada, esses mecanismos de mobilização de capitais podem revelar estratégias para a perpetuação da dominação de classe em diversos âmbitos, não utilizando somente os capitais econômicos para isso, mas também lançando mão de capitais culturais, sociais e simbólicos, num processo de reconversão de recursos, que se retroalimenta na lógica dominante (Monteiro, 2018).

Os constantes embates entre os diversos agentes e classes na disputa pelo poder são fenômenos que integram o espaço social. Porém, este espaço é complexo, e possui divisões, ou microcosmos, denominados por Bourdieu de campos. O campo é a exteriorização do espaço social e de suas estruturas, que se manifesta de forma objetiva. Existem diversos campos no espaço social (econômico, político, cultural, educacional), e estes são ambientes de disputas por prestígio e poder obtidos através da acumulação e reconversão dos capitais. Quando tratamos da educação, podemos localizá-la e classificá-la como um campo que funciona com regras definidas, as quais são estabelecidas pelos agentes que dispõem da maior quantidade de capitais pertinentes a esse microcosmo.

Contudo, os campos têm, segundo Bourdieu, apenas autonomia relativa dentro do espaço social. Isso significa que, apesar da existência de regras próprias dentro de cada campo, o que resulta em certa independência funcional, na relação mais ampla do espaço social os campos possuem áreas de interseção. Nestas áreas, podem ocorrer a concomitante influência e troca de capitais, fazendo com que os embates não reproduzam uma mesma lógica eternamente. Em outras palavras, dentro dos campos é a lógica dominante que tende a ser reproduzida, mas os constantes embates e as áreas de interseção entre esses microcosmos também possibilitam mudanças, com reconfigurações de dominação.

Ao desenvolver o estudo sobre o estabelecimento da nomenclatura das escolas públicas estaduais de Curitiba, é analisado tal processo dentro do campo da educação, mas também é observada a relação que esse processo possui com outros campos que estão diretamente ligados e têm interesses em definir quem são os homenageados escolhidos para nomear as instituições escolares.

Nessa perspectiva, a noção de estrutura estruturante e estruturada serve de referência, uma vez que ela permite observar a relação dialética que existe entre a estrutura objetiva dos campos e a estrutura subjetiva do *habitus* de

classe. O *habitus* de classe é um conjunto de mecanismos que possibilita a internalização de valores e comportamentos dos agentes dentro do campo, naturalizando tais valores, que são utilizados como capitais por esses agentes.

Determinados agentes preservam a estrutura objetiva de dominação por meio da reprodução de um *habitus*, que é afirmado pelo poder que esses agentes detêm, devido ao acúmulo de capitais. Os demais agentes, que são desprovidos dos capitais necessários para exercer a dominação no campo, não deixam de ser atingidos pela lógica do *habitus*, e passam a incorporar valores e comportamentos daqueles que os dominam. O agente que é dominado, o faz pelo convencimento de que as normas, valores e comportamentos dos dominadores são universais, e devem ser respeitados e reproduzidos por toda sociedade. Trata-se do conceito de violência simbólica, uma forma de dominação opaca e naturalizada, onde o próprio indivíduo dominado passa a defender os valores das camadas dominantes (Bourdieu, 1996).

No espaço escolar, a maioria dos agentes que detêm o poder para estabelecer as diretrizes educacionais são sujeitos pertencentes às classes dominantes, o que pode resultar na reprodução do *habitus* dessa classe e na invisibilização da diversidade de valores e interesses que compõem a realidade social. Nesse processo, a escola passa a se constituir em um espaço onde a lógica distorcida da meritocracia – alinhada aos interesses das classes dominantes – é transformada em valor universal, ignorando as desigualdades inerentes ao sistema e a suas consequências, especialmente no que se refere ao desempenho dos estudantes (Souza, 2015).

Considerando esse amplo processo de invisibilização das mazelas sociais e de naturalização das desigualdades, o estudo sobre o estabelecimento da nomenclatura das escolas públicas de Curitiba busca investigar como essa dinâmica pode atuar como mais um mecanismo para a perpetuação da dominação, inclusive a simbólica, por meio de estratégias de manutenção de poder e de reprodução do *habitus* da classe dominante tradicional, estabelecida desde os tempos coloniais.

Se um aluno aprende em sala de aula que as práticas capitalistas são sintomas da evolução social, e que a desigualdade de classes nada mais é do que a manifestação de uma organização justa e meritocrática, é possível que, ao se deparar com o nome de sua escola (o qual não remete a nenhum de seus referenciais de vida, nem daqueles que o cercam em sua comunidade), ele internalize, ainda que de maneira inconsciente, a ideia de que os melhores indivíduos são aqueles que conquistam o justo reconhecimento e merecem ser homenageados. Dessa maneira, o *habitus* dominante, que é reproduzido de diversas formas nos conteúdos de sala de aula, se confirma mais uma vez no

espaço físico da escola, nomeado e transformado em instrumento de dominação simbólica.

Dentro desse jogo de dominação e de acúmulo de capitais, as minorias dominantes que se constituem em elites dominantes, não o são por simples superioridade organizacional ou cognitiva, mas por uma série de mecanismos que lhes permitiram acumular recursos diversos, o que levou à dominação dos demais grupos, perpetuando um determinado *habitus* de classe. Dessa forma, o conceito de elite se amplia e diversifica, uma vez que exige a análise de múltiplos fatores, levando em conta o espaço social, a realidade específica de cada campo, as relações que os campos estabelecem entre si, e a potencialidade dos diversos tipos de capital que podem ser acumulados.

A proposta dessa conceituação acerca das elites engloba reflexões que se referem à formação das classes dominantes no Brasil, ressaltando a orientação teórica de Pierre Bourdieu, e analisando a relação desses grupos com as estruturas econômicas, sociais e políticas historicamente constituídas, com as estruturas do Estado, e ainda com sua rede de parentesco secular.

É importante ressaltar que, durante muito tempo, os estudos acadêmicos foram fortemente influenciados pela chamada Teoria das Elites, corrente de pensamento característica do final do século XIX, desenvolvida sobretudo nos escritos de Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto e Robert Michels. Estudar as elites durante um período considerável do século XX significava adotar a Teoria das Elites, referencial que identificava nos grupos dominantes uma superioridade natural, fosse por sua capacidade cognitiva, ou por seu talento organizativo diante das massas irracionais (Bobbio et al, 1998).

Tais proposições foram duramente criticadas por outras correntes de pensamento, o que afastou muitos pesquisadores das análises a respeito dos grupos dominantes, como se estudar as elites significasse um abandono automático do olhar sobre as camadas populares, bem como sobre as próprias contradições e divisões que existem nos meios onde a elite se instala. Por isso, o estudo das famílias que compõem os grupos dominantes também deixou de ser foco central nas análises da Sociologia e da História durante boa parte do século XX. Somente a partir da década de 1990, pesquisadores como Letícia Bicalho Canedo, Igor Grill, e os membros do Núcleo de Estudos Paranaenses (NEP) retomaram os estudos das famílias políticas no país, estendendo esse tipo de análise para as diversas formas de dominação que as relações familiares podem conter.

Nesse sentido, quando é afirmado que a escolha de determinados agentes para a nomeação de escolas públicas em Curitiba tem caráter elitista, diferentemente do que era proposto pela Teoria das Elites, segue-se a orientação teórica e metodológica dessa vertente mais recente. As elites

brasileiras a que nos referimos, portanto, remetem à classe dominante que acumula capitais desde os tempos coloniais, concentrando sua atuação dentro do Estado, especialmente na burocracia estatal, onde essa classe se produz e reproduz por meio da dominação dos meios de produção econômica, do controle político e da representatividade social, perpetuando seus laços de influência através de uma imbricada rede de parentesco, assentada nas relações familiares de longa duração. Essa elite é conceituada como classe dominante tradicional.

Quando são pesquisados os extensos ramos familiares que compõem as elites no Brasil, os estudos da genealogia⁶ como ferramenta metodológica na investigação das redes de parentesco, constituem um instrumento interpretativo eficaz, pois permitem organizar e revelar informações e relações da classe dominante tradicional, às vezes pouco perceptíveis. Nessa perspectiva, observar o nome de escolas ou de outros bens públicos, também é uma forma de observar como as genealogias dominantes se perpetuam no espaço da honraria, o qual garante a manutenção dos capitais simbólicos ligados ao poder, à cultura, à intelectualidade e à educação (Canêdo, 2011).

Nesse sentido, o uso das técnicas prosopográficas, combinando o levantamento das genealogias e a organização das biografias coletivas, permite a investigação de como a nomeação de bens públicos, como a dos homenageados nas escolas públicas de Curitiba, pode ser identificada como mecanismo de dominação e manutenção de capitais simbólicos, dentro das extensas redes de parentesco.

Boa parte dos agentes identificados por meio das biografias coletivas são representantes de uma classe social que reproduzem em suas trajetórias políticas, sociais, culturais e educacionais, os interesses e o padrão de comportamento dessa classe, ou seja, seu *habitus* de classe. Dessa forma, ao levantar os dados prosopográficos de um universo microsocial, é possível identificar aspectos de agentes que representam a estrutura ou o universo macrossocial, e essa interpretação mais refinada, que vai além do mero levantamento empírico, é a própria análise do *habitus* de classe, incorporado e reproduzido pelos agentes, nos espaços de disputa dos diversos campos. (Monteiro, 2018.).

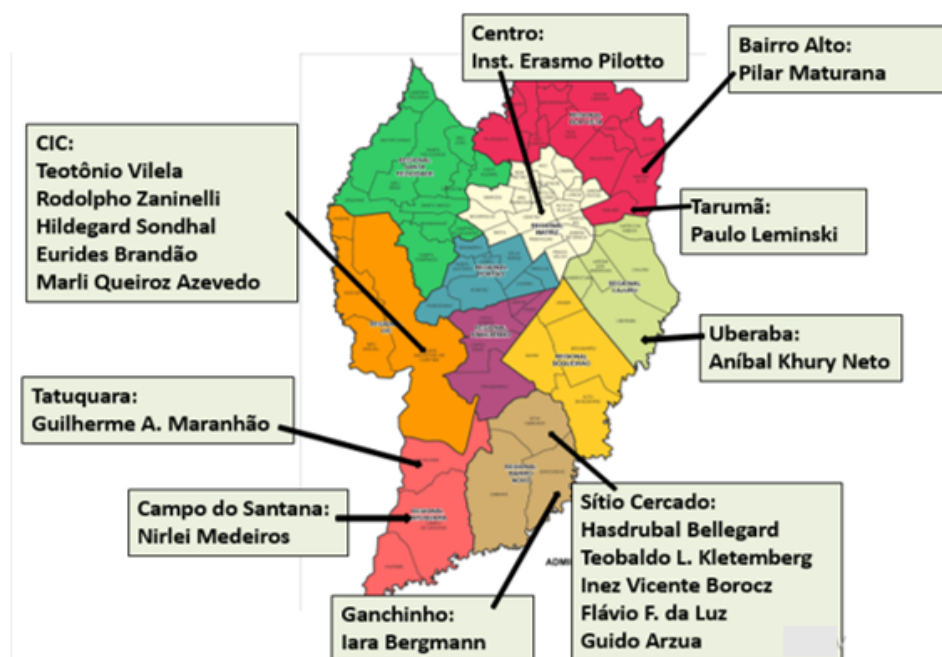
As localidades, os agentes homenageados e a análise prosopográfica

⁶ Refere-se aqui à imbricada rede de parentesco que existe dentro da classe dominante tradicional brasileira, mas que nem sempre é evidenciada, pois os membros dessa classe normalmente disfarçam suas ligações de parentela por meio do uso de sobrenomes diversos, que, na verdade, remetem a um mesmo tronco familiar.

A trajetória histórica contemporânea das localidades onde estão inseridas as dezessete escolas que compõem o presente estudo são trajetórias de regiões caracterizadas, inicialmente, por uma realidade de baixa densidade demográfica, típica das comunidades rurais curitibanas até meados do século XX. Porém, isso não significa que os processos de ocupação posteriores desses locais tenham acontecido de forma ordenada e sem conflitos. Ao contrário do que muitos discursos oficiais afirmam, observa-se que o contexto de urbanização e ocupação populacional da maioria dos bairros que compõem as periferias da capital, numa época mais recente, ocorreu no contexto de lutas por moradia, de pressão social causada pela explosão demográfica e pela falta de estrutura oferecida pelo Estado para as populações mais pobres que vivem em tais localidades.

Dentre as dezessete escolas estudadas, treze delas estão localizadas na região Sul de Curitiba, em bairros onde a ocupação populacional aumentou exponencialmente nas últimas décadas do século XX, o que fez dessas regiões, periferias com sérios problemas estruturais. São localidades marcadas por problemas sociais, carência de infraestrutura e expressiva mobilização popular, especialmente organizada em movimentos por moradia. Portanto, são regiões onde fica perceptível a presença populacional das camadas sociais compostas por grupos menos favorecidos.

Com exceção do Instituto de Educação do Paraná Erasmo Pilotto, localizado no Centro de Curitiba, outras três escolas que compõem o recorte do presente estudo (uma no Bairro Alto, outra no Tarumã e a última no Uberaba) também estão inseridas em bairros ou regiões caracterizadas pela forte presença populacional das classes populares, apesar de seus índices sociais gerais serem melhores do que os verificados na maioria dos bairros da região Sul e Oeste da cidade, onde estão localizadas as demais escolas analisadas (IPPUC, 2025).

Figura 01 – Localidades onde as homenagens foram estabelecidas

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Portanto, é possível afirmar que o recorte espacial desta pesquisa contempla escolas majoritariamente frequentadas pelas classes populares, onde a maioria dos alunos e famílias é de trabalhadores, alguns deles em situação de risco social. Levando em conta que essa amostragem obedeceu aos critérios especificados anteriormente (nomenclatura homenageando um sujeito, escolas de grande porte no número de alunos e de nomeação recente), sem apontar previamente os índices econômicos ou sociais, podemos concluir que, quanto mais distante a escola, maior a sua capacidade de atendimento de alunos em locais povoados essencialmente por populações oriundas dos extratos mais pobres da sociedade.

As biografias individuais dos dezessete agentes homenageados que nomeiam estas escolas inseridas majoritariamente em bairros populares, foram convertidas em uma análise prosopográfica sucinta, que é apresentada a seguir, com foco inicial na trajetória profissional de cada sujeito analisado, para, posteriormente, salientar o acúmulo dos demais capitais elencados.

Tabela 01 – Trajetória profissional dos agentes homenageados

AGENTE	OCUPAÇÃO PROFISSIONAL
Aníbal Khury Neto.	Falecido quando criança
Erasmio Pilotto	Professor e Secretário da Educação do Paraná.
Eurides Brandão.	Tabelião
Flávio Ferreira da Luz.	Advogado, tabelião e proprietário do Colégio Curitibano.
Guido Arzua.	Advogado, professor da UFPR
Guilherme Albuquerque Maranhão.	Advogado e juiz.
Hasdrubal Bellegard.	Engenheiro Agrônomo e administrador.
Hildegard Sondhal.	Professora, diretora do Colégio Bagozzi.
Iara Bergmann.	Professora.
Inez Vicente Borocz.	Professora.
Marli Queiroz Azevedo.	Professora.
Nirlei Medeiros.	Arquiteta – FUNDEPAR
Paulo Leminski.	Poeta e escritor
Pilar Maturana.	Professora
Rodolpho Zaninelli.	Artesão
Teobaldo Leonardo Kletemberg	Professor e burocrata.
Teotônio Vilela.	Senador da República.

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

A análise prosopográfica, realizada a partir das informações biográficas individuais dos agentes, foi posteriormente organizada segundo os dados referentes à seis tipos específicos de capitais identificados: capitais educacionais, profissionais, econômicos, políticos, simbólicos e familiares. Quando tratamos dos capitais simbólicos nos referimos a homenagens na nomeação de demais espaços públicos como ruas, praças, postos de saúde, entre outros. Os capitais familiares se referem aos acúmulos de recursos de indivíduos pertencentes às linhagens materna e paterna dos agentes estudados.

Para os objetivos do presente artigo, os dados conclusivos desta pesquisa são apresentados na forma das informações contidas na tabela a seguir, que identifica nas trajetórias dos dezessete agentes estudados, o processo de

acúmulo e possível reconversão dos capitais elencados, e o percentual alcançado por cada um deles, em uma análise biográfica coletiva.

É preciso ressaltar que estes dados prosopográficos refletem o resultado de uma pesquisa centrada nas trajetórias individuais dos agentes, a qual nem sempre teve acesso a informações completas, o que, além de dificultar a análise, também reforça a ideia de invisibilização das origens daqueles que nomeiam os espaços públicos estudados.

Tabela 02 – Total dos capitais (próprios e familiares) acumulados ou reconvertidos pelos agentes

AGENTES	CAPITAIS PRÓPRIOS					CAPITAIS FAMILIARES					TOTAL
	CED	CPR	C E C	C P	C S	CE D	CP R	CE C	C P	C S	
Aníbal Khury Neto.					X	X	X	X	X	X	60%
Erasmio Pilotto	X	X	X	X	X	X	X	X		X	90%
Eurides Brandão.		X	X	X	X	X	X	X	X		80%
Flávio Ferreira da Luz.	X	X	X		X	X	X	X	X	X	90%
Guido Arzua.	X	X		X	X	X	X	X	X	X	90%
Guilherme Maranhão.	A. X	X		X	X	X	X	X	X	X	90%
Hasdrubal Bellegard.	X	X		X	X						40%
Hildegard Sondhal.	X	X			X	X	X	X			60%
Iara Bergmann.					X						10%
Inez Vicente Borocz.					X						10%
Marli Q. Azevedo.	X	X			X	X	X	X	X	X	80%
Nirlei Medeiros.	X	X			X						30%
Paulo Leminski.	X	X			X	X	X				50%
Pilar Maturana.	X	X			X						30%
Rodolpho Zaninelli.		X	X		X						30%
Teobaldo Kletemberg	L. X	X			X	X	X				50%
Teotônio Vilela.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	100%

Legenda: CED – Capitais Educacionais/ CPR – Capitais Profissionais/ CEC – Capitais Econômicos / CP – Capitais Políticos/ CS – Capitais Simbólicos.

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

A análise das biografias coletivas indicou importantes aspectos das características de classe entre os agentes estudados, sobretudo o fato de que a maioria deles possui significativos capitais culturais/educacionais e profissionais. Tal realidade indica a existência de processos de reconversão de recursos, pois, possuir uma boa formação educacional pode ser o caminho para o alcance de uma carreira profissional rentável e sólida, com a possibilidade de obtenção de consideráveis recursos materiais. Nesse processo, os capitais educacionais são acumulados e reconvertidos em capitais profissionais e econômicos, numa dinâmica em que os agentes podem atuar em campos variados, e estabelecer conexões de diversas naturezas, inclusive familiares. Tal rede de relações sociais e familiares aproxima agentes e grupos, que se reconhecem como detentores dos capitais relevantes dentro dos campos em que atuam, estabelecendo a dinâmica de poder naquele espaço social.

Os capitais econômicos e políticos, apesar de presentes nesta análise prosopográfica, se revelaram mais difíceis de detectar e classificar metodologicamente⁷. Entretanto, tal dificuldade também pode sugerir mecanismos de invisibilização destes recursos, uma vez que sua exposição pode revelar os níveis de reprodução sistemática do poder estabelecido, enfraquecendo os discursos justificadores da desigualdade vigente, e podendo suscitar ideias críticas às práticas de reprodução do poder familiar.

Observando o percentual de capitais acumulados pelos agentes, constatamos que onze deles são detentores de 50% ou mais destes recursos. Isso significa que 64,7% do total de agentes estudados acumularam e/ou reverteram da metade para mais dos recursos avaliados, ou seja, relevante quantidade de capitais, tanto individuais como familiares.

A análise dos dados individuais também apresenta informações interessantes acerca das conexões familiares. O caso de Aníbal Khury Neto nos parece o mais emblemático. Apesar de ter falecido ainda criança, este agente acumula 60% dos capitais pesquisados, o que possivelmente se relaciona ao poder acumulado pelas famílias Khury e Albuquerque Maranhão nos diversos campos sociais.

⁷ Dentro do processo de acumulação e reconversão de capitais, a manutenção e obtenção de recursos econômicos materiais se apresenta como uma das principais variáveis. Entretanto, muitos dados a respeito desse tipo de patrimônio não estão disponíveis publicamente, devido a questões legais, o que dificultou o levantamento de informações dessa natureza. Além disso, para não submeter as fontes a critérios pouco objetivos, optou-se por elencar apenas três tipos de capitais econômicos: propriedade fundiária, propriedade de empresas do comércio, indústria, comunicação e setor financeiro e propriedade de empresas do setor da educação. Tal classificação certamente restringiu uma série de informações obtidas, mas garantiu maior rigor na interpretação dos dados coletados. Na análise acerca dos capitais do campo político, optou-se por também elencar critérios específicos, indicando somente os agentes que exerceram cargos (ou suplência) nos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

No lado materno, o homenageado era neto do Desembargador Guilherme Albuquerque Maranhão, membro do Judiciário e pertencente a uma estirpe de fidalgos que se transferiu para a região Nordeste do Brasil ainda no século XVI. Posteriormente, no século XIX, alguns de seus membros se mudaram para a recém-emancipada província do Paraná. Filho dessa linhagem, o Desembargador Guilherme Albuquerque Maranhão também integra o recorte da presente pesquisa, demonstrando que a reconversão de capitais é um fenômeno recorrente nesse grupo familiar.

No lado paterno, Aníbal Khury Neto possuía como avô o Deputado Aníbal Khury, agente oriundo da imigração libanesa, que integrou os grupos dirigentes da Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP) entre os anos 1970 e 1990, sendo presidente da Casa Legislativa por diversos mandatos. A família Khury possui muitos agentes até hoje em diversas esferas de poder no Paraná, e talvez o caso mais conhecido seja o do Deputado Alexandre Maranhão Khury, irmão do falecido Aníbal Khury Neto.

Outro caso de conexão familiar com a família Khury é o da Professora Marli Queiroz Azevedo. Essa homenageada era cunhada de Vera Lúcia Conty, por sua vez, sobrinha de Aníbal Khury. Um caso em que uma rede de relação familiar menos direta demonstra como existem conexões extensas, que ligam ramos diversos dos membros da Classe Dominante Tradicional, com muitas famílias que podem também pertencer aos grupos dominantes (como a família Albuquerque Maranhão), ou àqueles que vivem em sua órbita.

Considerando apenas esses três nomes citados, temos 17,6% do total das instituições do recorte estabelecido na presente pesquisa, ou seja, quase um quinto dos agentes desse estudo possuem alguma ligação com a família Khury, segundo os documentos que foram possíveis levantar. Esse é um dado relevante, pois ilustra como a classe dominante tradicional se faz presente no universo simbólico das nomeações das escolas, reconvertendo capitais e consolidando sistematicamente o nome de suas estirpes nos espaços públicos das classes populares.

Dentro dessa lógica, as redes familiares se constituem em importantes alicerces no jogo de poder no campo da educação. Em outras palavras, se o fato de homenagear agentes oriundos de grupos dominantes para a nomeação de escolas públicas se constitui num processo de reconversão de capitais, tal processo é significativo não somente para o indivíduo escolhido, mas também para toda sua estirpe familiar, que terá o nome de sua linhagem identificada e perpetuada.

Considerando que a legislação acerca desse tipo de homenagem requer que ela seja feita postumamente, é possível inferir a respeito do poder dos descendentes nesse processo, o que reforça a importância da análise dos

capitais familiares acumulados pelos agentes em questão. A própria acumulação de capitais, que tornou possível aos agentes estudados se tornarem “aptos” às homenagens reconvertidas em capitais simbólicos, necessitou de todo um aparato anterior, ou seja, dos recursos que as famílias forneciam em termos educacionais, profissionais, econômicos, políticos e simbólicos.

Porém, é preciso considerar que os resultados obtidos neste estudo se baseiam nos dados que foram possíveis levantar por meio das fontes consultadas, mas que a continuidade da pesquisa biográfica sempre pode revelar novas informações, que complementam e podem alterar as análises prosopográficas.

Considerações finais

O espaço escolar é um lugar caracterizado pela contradição, onde os laços de dominação podem ser perpetuados, bem como o pensamento crítico quanto às injustiças e mazelas sociais pode encontrar terreno fértil para seu desenvolvimento. No Brasil, a história das instituições escolares historicamente tendeu a reproduzir o *habitus* de classe das elites que aqui se instalaram, ou seja, da classe dominante tradicional. Os capitais acumulados por essa elite permitiram e ainda permitem a reprodução de seu *habitus*, resultando na formação de uma classe dominante pertencente a linhagens, que acumulam capitais econômicos, políticos, culturais e familiares, desde os tempos coloniais.

Dentro da perspectiva prosopográfica, o presente estudo analisou a nomenclatura de escolas públicas estaduais de Curitiba, a partir de recortes temporal e espacial estabelecidos, que englobaram escolas com mais de mil alunos, nomeadas ou renomeadas a partir do ano de 1985. Isso significa que este estudo se voltou para as escolas de maior porte na capital, que possuem o nome de um agente homenageado, e que tiveram sua nomeação definida a partir de um contexto local e nacional mais recente.

Os agentes homenageados que nomeiam as instituições escolares estudadas são originários de realidades significativamente diferentes das populações que moram nas localidades onde estão estabelecidas as escolas. Enquanto a maioria dos habitantes dos bairros onde ficam estes colégios é composta por pessoas das classes populares, os agentes homenageados que nomeiam estas instituições são majoritariamente integrantes dos grupos dominantes da sociedade paranaense. Na verdade, em uma classificação mais rígida, nem todos os agentes poderiam ser classificados como membros da classe dominante tradicional, ligada à nobreza da terra desde os tempos coloniais. Mas é certo também que, dentre eles, não existe nenhum integrante

das classes populares (ao menos, nenhum que deixou de ascender por meio do matrimônio ou de outros laços familiares), e boa parte poderia ser classificado como membro de um grupo agregado, que vive das conexões que cultiva nas relações com a classe dominante tradicional. Dessa forma, são também parte de uma elite, pois acumulam, reconvertem e reproduzem capitais vitais para sua permanência enquanto classe dominante dentro dos campos em que atuam.

A análise prosopográfica apontou para um panorama de relevante e sistemático acúmulo de capitais individuais e familiares. Levando em conta que tais recursos são escassos entre os componentes das classes dominadas, consideramos razoável afirmar que o estudo prosopográfico confirmou a hipótese inicial, ou seja, que a nomeação das escolas analisadas, foi um processo que atendeu aos interesses das elites dominantes, na busca da reconversão dos capitais acumulados na forma do valioso capital simbólico.

Ao debater as relações entre a nomeação de bens públicos, a reprodução de capitais e a manutenção de redes de poder, pesquisas dessa natureza contribuem para ampliar as reflexões sobre os mecanismos simbólicos de dominação presentes no espaço público e educacional. Nesse sentido, torna-se relevante a construção de políticas mais transparentes por parte de órgãos estatais, como a Secretaria de Estado da Educação (SEED-PR), especialmente no que se refere aos critérios e processos de definição das nomenclaturas das instituições escolares. Da mesma forma, a criação e preservação de acervos documentais e memoriais acessíveis à comunidade escolar e à população em geral podem favorecer a reflexão crítica acerca da trajetória dos agentes homenageados e de suas relações com a história local e regional.

Referências bibliográficas

BN DIGITAL BRASIL. 2024. *Hemeroteca digital*. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 14 maio 2026.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola.; PASQUINO, Gianfranco. 1998. *Dicionário de política*. Brasília: UnB.

BONNEWITZ, Patrice. 2003. *Primeiras lições de sociologia de P. Bourdieu*. Rio de Janeiro: Vozes.

BOURDIEU, Pierre. 1998. A escola conservadora: as desigualdades frente a escola e a cultura. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.). *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, p. 39-64.

BOURDIEU, Pierre. 1996. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus.

CANÊDO, Letícia Bicalho 2011. Um capital político multiplicado no trabalho genealógico. *Revista Pós Ciências Sociais*. São Luís, v 8, n 15, p. 55-76. jan./jun. 2011.

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. 2016. As mulheres na ALEP: uma abordagem prosopográfica. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa (Org.). *Nepotismo, parentesco e mulheres*. Curitiba: RM Editores, p. 233-334.

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva 2018. Família e política: repensando relações. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa (Org.) *Família importa e explica: instituições políticas e parentesco no Brasil*. São Paulo: LiberArs, p. 65-94.

IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. 2025. Infocuritiba. Disponível em: <https://infocuritiba.ippuc.org.br/>. Acesso em: 04 fev. 2025.

MONTEIRO, José Marciano. 2018. *Dez lições sobre Bourdieu*. Petrópolis: Vozes.

MONTEIRO, Lorena Madruga. 2014. Prosopografia de grupos sociais, políticos situados historicamente: método ou técnica de pesquisa? *Pensamento Plural*. Pelotas, n.14, p 11-21, jan./jun. 2014.

OLIVEIRA, Ricardo Costa. 2001. *O silêncio dos vencedores*. Genealogia, classe dominante e Estado no Paraná. Curitiba: Moinho de Vento.

OLIVEIRA, Ricardo Costa; GOULART, Mônica Helena Harrich Silva; VANALI, Ana Cristina; MONTEIRO, José Marciano. 2017. Família, parentesco, instituições e poder no Brasil: retomada e atualização de uma agenda de pesquisa. *Revista Brasileira de Sociologia*. Porto Alegre, n 11, v 05. p. 165-198. set./dez. 2017.

PODLASEK, Luciana 2020. *Trajetórias, famílias e capitais: os agentes homenageados na nomenclatura de escolas estaduais em Curitiba (1985-2009)*. Curitiba. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. 2024. *Consulta Escolas* – município de Curitiba. Disponível em:

<https://www.consultaescolas.pr.gov.br/consultaescolas-java/pages/templates/initial2.jsf?windowId=25f>. Acesso em: 25 set. 2024.

SOUZA, Jessé. 2015. *A tolice da inteligência brasileira*: ou como o país se deixa manipular pela elite. São Paulo: Leya.